

MUNDIALIZAÇÃO ECONÔMICA VERSUS ESTADOS NACIONAIS: IMPACTOS NO SISTEMA DE ENSINO NO BRASIL E NA AMÉRICA LATINA

Aloysio Marthins de Araújo Junior

Universidade Federal de Santa Catarina. Brasil

Resumo

Diferentes instituições internacionais têm grande participação e influência sobre os destinos de diferentes países latino-americanos no tocante à educação. As mais importantes são o Banco Mundial (financiamentos à áreas sociais, incluindo a educação); e a Organização Mundial do Comércio, que regula o comércio entre os países. Nas últimas rodadas de negociação, tem-se discutido a abertura para o setor educacional. Este trabalho objetiva discutir as ações das Instituições Internacionais aplicadas no Brasil e na América Latina e relacioná-las com as proposições no campo educacional. Metodologicamente utiliza o materialismo histórico-dialético, apoiando-se na concepção dinâmica da realidade e das relações entre teoria e prática. Espera-se contribuir para o debate acerca da resolução dos graves problemas latino-americanos, especialmente ligados ao campo da educação formal.

Palavras-chave: Mundialização Econômica; Estados Nacionais; Instituições Internacionais; Sistema de Ensino.

ECONOMICAL MUNDIALIZATION VERSUS NATIONAL STATES: IMPACTS IN THE EDUCATION SYSTEM IN BRAZIL AND LATIN AMERICA

Abstract

Various international institutions have greater participation and influence over the destinies of different Latin American countries with regard to education. The most important are the World Bank (financing the social areas, including education) and the World Trade Organization, which regulates trade between countries. In recent rounds of negotiations, has discussed the opening for the education sector. This paper discusses the actions of international institutions applied in Brazil and Latin America, and relate them to the propositions in the educational field. Methodology uses the historical-dialectical materialism, based on the dynamic conception of reality and the relationship

between theory and practice. Is expected to contribute to the debate on the resolution of the problems Latin Americans, particularly related to the field of formal education.

Keywords: Economical Mundialization; National States; International Institutions; System of Education.

MUNDIALIZACIÓN ECONÓMICA VERSUS ESTADOS NACIONALES: EFECTOS SOBRE EL SISTEMA EDUCATIVO EN BRASIL Y AMÉRICA LATINA

Resumen

Diversas instituciones internacionales tienen una mayor participación e influencia sobre los destinos de los diferentes países de América Latina con respecto a la educación. Los más importantes son el Banco Mundial (la financiación de las áreas sociales, incluida la educación) y la Organización Mundial del Comercio, que regula el comercio entre los países. En las últimas rondas de negociaciones, ha debatido la apertura para el sector de la educación. Este artículo discute las acciones de las Instituciones Internacionales aplicadas en Brasil y América Latina, y se refieren a las propuestas en el ámbito educativo. La Metodología utiliza el materialismo histórico-dialéctico, basado en la concepción dinámica de la realidad y la relación entre la teoría y la práctica. Se espera contribuir al debate sobre la resolución de los problemas latinoamericanos, particularmente relacionados con el ámbito de la educación formal.

Palabras clave: Mundialización económica; Estados nacionales; Instituciones Internacionales; Sistema de Educación.

Introdução

Este artigo originou-se a partir da pesquisa “Internacionalização do capital e as exigências sobre o ensino de geografia”, apoiada pela Fundação de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica do Estado de Santa Catarina, desenvolvida entre os anos de 2007 e 2008. Procurou-se abordar nesta investigação as inter-relações entre a Economia Política, a Geografia e o Ensino Superior no Brasil e na América Latina. Foram importantes também as contribuições apoiadas nos debates e reflexões ocorridos na disciplina Formação Econômica e Social Brasileira e Ensino de Geografia, ministrada

no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina desde 2006.

A pesquisa seguiu uma metodologia qualitativa, na forma de análise documental e indutiva. O procedimento para a coleta de dados foi efetivado através de fontes primárias documentais e bibliográficas, tais como livros, revistas científicas, periódicos e sítios na rede mundial de computadores.

Conceitualmente pode-se estabelecer alguns marcos teóricos que dominam o entendimento da sociedade mundial. Autores ligados à corrente liberal, consideram o mundo atual globalizado. Todavia, as desigualdades econômicas, sociais e regionais fazem com que os países latino-americanos necessitem de aportes financeiros e produtivos das nações mais ricas. Isto irá se refletir no campo social e educacional no sentido da necessidade de formação de uma mão-de-obra mais especializada. Esta pesquisa objetiva analisar as políticas neoliberais aplicadas na região e relacioná-las com as proposições e ações do Banco Mundial e dos acordos sobre a desregulamentação do setor de serviços educacionais no âmbito da Organização Mundial do Comércio entre outras Instituições.

Como um dos resultados desta investigação, este artigo trata da mundialização econômica e a atuação dos estados nacionais, particularmente da América Latina e os impactos sobre os respectivos sistemas de ensino.

Estado e industrialização

No processo histórico de desenvolvimento do capitalismo nos países industrializados desenvolvidos a participação do Estado foi primordial para a maturação de seus respectivos parques produtivos. Ainda hoje, nestes países, os governos têm mantido políticas que aproximam Estado e iniciativa privada, definindo setores que necessitem de proteção para aumentar sua competitividade interna e externa.

No Brasil e nos principais países latino-americanos, as medidas de abertura comercial e de flexibilização econômica em princípios dos anos 1990, deixaram os países mais vulneráveis aos acontecimentos externos¹. Ao praticar uma política econômica de caráter neoliberal, estes países perderam a capacidade de gerenciar as melhores estratégias para os seus processos de desenvolvimento econômico.

As privatizações que ocorreram em toda a década de 1990, delegaram aos agentes do mercado as decisões de investimentos. Setores que eram considerados estratégicos (energia elétrica, ferrovias, telecomunicações e outros) foram entregues à iniciativa privada. As políticas econômicas e sociais praticadas desde os anos 1950, quando se verificou enorme crescimento industrial e suas conseqüências (urbanização

¹ Tais vulnerabilidades, todavia, vinham desde os anos 1970, a partir das crises do petróleo, com o fim do sistema de Bretton Woods e do aumento das taxas de juros nos Estados Unidos ao final desta década. Tais ações culminaram em imensas dívidas externas dos países latino-americanos, entre outras conseqüências.

desordenada, problemas ambientais, maiores exigências de qualificação sobre a força de trabalho etc.) fez com que a América Latina se inserisse² no sistema capitalista de maneira subordinada aos interesses do grande capital internacional (e apoiado pelas respectivas burguesias nacionais).

Dentre vários autores que estudaram o papel do Estado na economia há que se destacar a obra de G. Friedrich List. Este autor, que estudou a situação da Alemanha no século XIX, propôs uma série de medidas visando o desenvolvimento econômico daquele país.

A partir dos estudos sobre a política imperialista inglesa no século XIX, List (1986) conclui que este país tinha por política fomentar e dar proteção ao desenvolvimento das forças produtivas e incentivar as exportações; proceder a determinadas concessões a outras nações, somente quando obtivesse em troca vantagens para os produtos manufaturados ingleses; incentivar guerras e alianças visando a salvaguarda de seus interesses econômicos; não explicitar sua verdadeira política imperialista, para que outras nações não procedessem da mesma maneira que a Inglaterra atuava.

Uma das contribuições mais importantes do trabalho de List é o fato de ele destacar o uso do aparelho do Estado e do intervencionismo para os países que buscam o desenvolvimento econômico e social. Para isso, criticava a teoria clássica desenvolvida por Adam Smith e o liberalismo, demonstrando a incapacidade individual em realizar as soluções dos problemas que se colocavam à época.

Entretanto, atualmente, é possível identificar que a política neoliberal é bastante aceita (ou imposta pelos países mais avançados do sistema capitalista) pelos países periféricos, onde é colocada em prática quase sem contestações³. Contudo, esta não se verifica da mesma maneira nos países do centro capitalista. Guardadas as devidas proporções históricas, e transferindo-se a problemática estudada por List (1986) para os dias atuais, vê-se que, sob vários aspectos, a proposição listiana é bastante válida.

A obra de List tem o mérito de discutir o crescimento e desenvolvimento de uma nação livre, visando em longo prazo estratégias para atingir tais objetivos. A chamada “globalização”⁴ insere-se num contexto de imposição dos países industrializados àqueles em processo de industrialização mantendo a dominação sobre extensas regiões

² Esta nova inserção se daria num processo mais avançado do estágio de desenvolvimento econômico, ou seja, num patamar de rápida industrialização, com produtos voltados para o mercado externo.

³ É preciso ressaltar que o momento político latino-americano, desde o início dos anos 2000, é diferente das duas décadas anteriores, pois vários realizaram eleições presidenciais que deram vitória a candidatos identificados mais a esquerda do espectro político. Pode-se afirmar que as péssimas condições de vida destas populações levaram a uma necessidade de mudanças. É perceptível também que as denominadas políticas neoliberais vêm perdendo influência.

⁴ Este termo é usado a partir das concepções de autores norte-americanos. A expressão “mundialização do capital” utilizado por Chesnais (1996) é o que mais se aproxima da realidade vivenciada pelos países nos últimos anos.

produtoras de produtos básicos e receptores de investimentos, que deverão ser pagos com juros e outras formas de subserviência das classes dirigentes.

Enfim, List traz uma proposta que resgata o sentimento de nação, tão esquecido nos dias atuais. Este sentimento foi duramente questionado no início dos anos 1990, quando se colocava que o Estado nacional-desenvolvimentista não tinha mais condições de alavancar o progresso e o desenvolvimento econômico. As teorias que pregavam a modernização e o afastamento do Estado das atividades produtivas colocaram o Brasil e diversos países latino-americanos em grave situação econômica e social. No caso brasileiro, esta situação tendeu a piorar após a abertura comercial iniciada no princípio dos anos 90 e intensificada a partir de 1994-95.

Em médio e longo prazo, a retomada do crescimento e do investimento vai depender, em grande parte, de políticas que visem o desenvolvimento equilibrado, por meio dos recursos internos existentes e melhorar a distribuição de renda, o que elevaria as possibilidades de consumo interno, gerando um círculo virtuoso de expansão. Ao não contemplar o mercado interno, um país deixa de dinamizar internamente sua economia, buscando recursos nas exportações como forma de gerar divisas, apenas ancorado em produtos agropecuários e em produtos industrializados com baixo valor agregado.

Autores que defendem a chamada globalização afirmam que a função dos Estados nacionais acabou e que as fronteiras não mais existem, bem como as ações produtivas foram transferidas aos agentes do mercado. Este atuaria com poder de determinar os rumos de todas as operações econômicas e financeiras dos países, por meio das empresas multinacionais que não mais teriam obrigações ou raízes com seus países de origem. Contudo, afirma Gorender (1995, p. 96-7):

“Dotado que seja de relativa autonomia decisória, o Estado nacional é sempre o garante de determinada organização econômica e sócio-política. Tomada em conjunto, sua atuação defende e mantém o ordenamento institucional necessário a determinada dominação de classe. (...) Sem o poder legitimador e coercitivo do Estado, não haveria sequer como explicar a própria existência do capital financeiro. Do ponto de vista estritamente econômico, o Estado conserva sua força, mesmo após as mudanças liberais dos últimos tempos.”

Ainda de acordo com este autor, não se pode afirmar que os Estados nacionais deixaram de exercer seu poder e papel centralizador na tomada de decisões em políticas de desenvolvimento. E, muitas vezes, eles o fazem em conjunto com as próprias empresas ou setores preestabelecidos entre os agentes econômicos.

Para Hirst & Thompson (1998): (...) “as tendências à internacionalização podem ser acomodadas dentro de uma visão modificada do sistema econômico mundial que ainda atribui um papel importante às políticas e atores no nível nacional” (p. 18).

Corroborando tais afirmativas, relatório divulgado pela Organização das Nações Unidas (ONU) em conjunto com a Organização Internacional do Trabalho (OIT) em

fevereiro de 2004 (Folha de S. Paulo, p. B1, 25 fev. 2004), aponta as imensas desigualdades entre países ricos e pobres depois do advento da chamada globalização. Tal estudo indica que entre 1985 e 2000, o Produto Interno Bruto (PIB) em 16 países em desenvolvimento cresceu mais de 3%, em 32 países cresceu menos de 2% e em 23 países houve retração. Além disso, o grupo dos países mais ricos do mundo, que representa 14% da população mundial, domina metade do comércio internacional. No começo dos anos 60, a renda *per capita* das nações mais pobres equivalia a US\$ 212, enquanto nos países mais ricos era de US\$ 11,417; em 2002, tais índices indicavam respectivamente, US\$ 267 e US\$ 32,339.

As empresas multinacionais, a partir de suas matrizes, são as que decidem para onde devem dirigir seus investimentos, introduzir inovações tecnológicas, lançar novos produtos, definir as estratégias de marketing e expansão para outros países etc. As filiais remetem às suas matrizes somas consideráveis de lucros, que significam um substancial acréscimo negativo nos balanços de pagamentos de cada país. Entretanto, para implementar sua decisão de investimentos e facilitar sua inserção em outros países, as empresas multinacionais, via de regra, solicitam ajuda aos seus respectivos governos para garantir sua permanência e competitividade nos países onde mantém ou queiram instalar subsidiárias. Nos acordos internacionais de comércio são os Estados nacionais que se fazem presentes, por meio de seus representantes legais.

No Brasil, a participação do Estado como fomentador para o desenvolvimento econômico sempre foi de grande atuação e importância, notadamente entre as décadas de 1930 até 1970. Entretanto, a partir de meados dos anos 80 e intensificado no início dos 90 em diante, esta função tem sido transferida à iniciativa privada. As premissas para esta nova direção são as políticas neoliberais, que são o corolário da “globalização”, implementadas a partir do referido período.

Cabe ressaltar que a maior participação de empresas multinacionais no país pode acarretar, por exemplo, grande desequilíbrio na balança de pagamentos, transferência de recursos, concorrência e vulnerabilidade externa (Gonçalves et al, 1998). Em concorrência perfeita (estática), isto é, lucros normais, mobilidade de fatores de produção e tecnologia disponível no mercado internacional, a internacionalização da produção não é incentivada. Todavia, o mercado é caracterizado por suas imperfeições (monopólios, oligopólios). Dessa forma, as empresas estrangeiras precisam ter vantagens adicionais e específicas em relação às suas concorrentes, gerando superlucros que compensariam os custos pela instalação de filiais. As empresas que atuam no mercado internacional possuem tais vantagens, além de capitais para investimentos, recursos tecnológicos, organização industrial, estratégias de marketing etc. Sendo assim, a internacionalização da produção é o resultado das imperfeições de mercado. No caso do Brasil, que tem como característica uma economia monopolizada, tais imperfeições acentuariam ainda mais este processo.

Crescimento e do desenvolvimento econômico

A problemática entre desenvolvimento e crescimento econômico é bastante antiga. Inicialmente, a discussão girava em torno do crescimento, que abordava, primordialmente, as finanças públicas e o poderio militar dos principais Estados mercantilistas do século XVI. Somente em meados do século XX é que o debate sobre o desenvolvimento econômico tomou maior importância.

O desenvolvimento econômico tem origem a partir das crises econômicas. Esta questão foi colocada a partir das análises empíricas e teóricas realizadas durante as grandes flutuações econômicas ocorridas em meados do século XIX e com a concentração de renda e da riqueza, avolumadas pelo aparecimento de alguns países industrializados, que aprofundou a divisão internacional do trabalho entre nações ricas e pobres.

Nos países industrializados, a crise mundial dos anos 1930 colocou em foco o grave problema do desemprego. Naquele momento, fez-se necessário a atuação do Estado sobre a vida econômica, realizando investimentos diretos, aumentando os gastos públicos em ações sociais, definindo e organizando a política econômica. Ao final desta década, a questão do desenvolvimento econômico ficou mais clara, na medida em que colocou o conceito de *Contabilidade Nacional*, nascida sob influência da teoria keynesiana. Por este conceito, passou-se a comparar a renda *per capita* de diferentes países e a classificá-los entre “ricos” e “pobres”, dependendo do valor desta renda. Outros indicadores passaram a caracterizar os países pobres como “subdesenvolvidos”, por mostrarem reduzido crescimento econômico, elevadas taxas de natalidade e mortalidade infantil, atividades agrícolas como atividade principal etc.

Ao final da Segunda Guerra Mundial, os diagnósticos realizados pela ONU e pelo Banco Mundial constatarem as grandes desigualdades entre países industrializados e não-industrializados. Isto fez com que muitos países subdesenvolvidos reivindicassem maiores volumes de ajuda econômica junto aos países ricos nas instâncias econômicas e políticas internacionais. O combate à pobreza tornou-se o primeiro item dos estudos econômicos mundiais.

Entretanto, apenas os investimentos produtivos e em infra-estrutura não bastariam para solucionar o problema. Também as políticas keynesianas⁵, colocadas em prática por quase todos os países, não conseguiam dar respostas positivas ao problema, por ser uma questão de longo prazo. As respostas deveriam vir de outras fontes, com o auxílio de outras ciências e uma teoria que explicasse o processo de desenvolvimento. Nesse sentido, a principal constatação foi que o subdesenvolvimento deriva do desenvolvimento, como parte da expansão do capitalismo mundial em sua fase oligopolista (Souza, 1999).

⁵ Maior participação do Estado, organizando e fomentando setores considerados importantes para o crescimento econômico. O Estado se encarregaria de promover investimentos em áreas sociais e pela busca pelo pleno emprego, entre outros aspectos econômicos e sociais (Rossetti, 2003).

A *teoria do imperialismo*, desenvolvida por autores marxistas⁶, mostrava que os termos de troca entre os países ricos e pobres tendiam a piorar, devido à ligação colonial com as ex-metrópoles e pelos imensos volumes de capitais exportados para os países subdesenvolvidos. Dessa forma, seria necessário romper com tais vínculos, para que estes países pudessem progredir em seu processo de desenvolvimento econômico e social. O que se verificava era que um dos principais problemas ao desenvolvimento estava vinculado a uma questão política, pois aos países pobres cabia uma posição subalterna na Divisão Internacional do Trabalho. Também em relação ao pensamento marxista, Leon Trotski desenvolve uma teoria em que afirma que aos países da periferia do sistema capitalista necessitam pular algumas etapas no processo de industrialização e de crescimento econômico. Suas teses concluem que há um desenvolvimento desigual e combinado.

O capitalismo, para Trotski, realiza sua universalidade a partir das relações hierarquizadas e diferenciadas que são estabelecidas entre os países centrais e os países periféricos, objetivando garantir: seu movimento em busca de novos mercados consumidores, a apropriação do excedente econômico produzido nos países periféricos e a internacionalização do projeto de sociabilidade burguesa. Estas relações entre os países centrais do capitalismo e os países periféricos geram dois movimentos: diferentes fases históricas confundem-se no interior de cada formação econômico-social e, sob pressão das condições de avanço mundial do sistema capitalista, os países periféricos absorvem valores e projetos dos países centrais, adaptando-os, por meio de saltos históricos, à sua formação econômico-social (Lima, 2007, p. 25-26).

Entre as décadas de 1940 e 50, economistas dos países industrializados formularam teorias que colocavam no centro da questão a escassez de capitais como a causa para o subdesenvolvimento. Os autores que aceitavam as teorias neoclássicas⁷ defendiam como estratégia de crescimento o aumento das taxas de poupança interna, o aporte de capitais externos e o aumento das exportações, que mais tarde seriam aceitos como formas para alavancar o desenvolvimento econômico. Um dos representantes mais expressivos desta corrente foi Alfred Marshall (que deu continuidade à obra de

⁶ Tais como: Bukharin, N. I. (1986). *A economia mundial e o imperialismo*. São Paulo: Nova Cultural, , Hilferding, R. *O capital financeiro*. São Paulo: Nova Cultural, 1985; Lenin, V I. (1987). *O imperialismo: fase superior do capitalismo*. São Paulo: Global.

⁷ A Teoria Econômica Clássica iniciada com Adam Smith no século XVIII foi aperfeiçoada por David Ricardo, a partir do início do século XIX. A chamada Teoria das Vantagens Comparativas colocava que os países deveriam se especializar na produção de bens que tivessem uma vantagem relativa maior (menores custos). O argumento para tal afirmativa residia no fato de que alguns países dispõem de recursos naturais e outros fatores de produção diferentes em quantidade e qualidade – o que os leva a ter custos de produção diferentes. Esta teoria tinha por hipóteses principais (dois países e duas mercadorias – uma economia estática): a mão-de-obra (força de trabalho) é móvel no mercado interno, mas completamente imóvel no mercado internacional; os custos de produção são constantes; o custo de transporte é zero; e o comércio entre estes países se dá somente por escambo (troca de uma mercadoria por outra, não envolvendo moeda).

Adam Smith, David Ricardo e Stuart Mill⁸), que teve grande influência sobre vários governos e economistas até a década de 1930.

Suas análises consideram dois agentes: oferta e demanda. Ou seja, os consumidores querem sempre maximizar sua satisfação e os produtores buscam incansavelmente maximizar seus lucros. Pelo lado da demanda (procura) existe uma relação entre preços e quantidades demandadas; com preços mais baixos, os consumidores adquirem mais bens. Se, por outro lado, os produtos tiverem preços mais altos, aumenta a oferta (porque diminui a procura). Para solucionar este impasse, Marshall sugere que existe um ajuste automático da economia - que se dá pelo equilíbrio de mercado. Se houver desemprego, ele será temporário, esporádico e parcial. Outro autor da escola neoclássica foi Jean Baptiste Say (1983) que defendia que o processo de produção capitalista é, também, um processo de geração de rendas (lucros, salários, aluguéis) e, por isso, a oferta cria sua própria demanda. Este enunciado ficou conhecido como “Lei de Say-Mill”.

Ainda quanto à explicação do funcionamento da economia capitalista, os autores clássicos e neoclássicos consideravam que os salários não obedeciam à lei da oferta e procura, pois a ação dos sindicatos de trabalhadores impedia que os salários caíssem. Quando os salários se tornam mais altos que o mercado oferece, em consequência as empresas não contratam, principalmente quando os salários estão muito altos. Concluía, então, que os altos salários causavam o desemprego. Na perspectiva neoclássica, a economia funcionava em concorrência perfeita (estrutura de mercado estática), isto é, não apreciavam os monopólios e oligopólios - que destruíam as características de consumo e produção. Pelas leis do livre mercado, haveria um auto-ajustamento da economia.

Desenvolvimento econômico na América Latina e Brasil

Após a Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos da América dirigiram grandes volumes de capitais para a Europa Ocidental e Japão. No contexto da guerra fria, estas regiões seriam de grande importância estratégica para fins militares, políticos e econômicos para os EUA. Este programa, conhecido como Plano Marshall, fez com que tais regiões conseguissem, em pouco tempo, recuperar-se dos efeitos da Guerra.

Entretanto, a América Latina não compartilhou destes investimentos, pois os interesses norte-americanos ainda não haviam destacado os países desta região como área de importância para suas pretensões geoestratégicas. Devido a isto, estes países passaram a elaborar uma série de estudos visando diagnosticar os principais problemas para o crescimento e o desenvolvimento da região.

⁸ Marshall, Alfred. (1995). *Princípios de economia*: tratado introdutório. 2 ed. São Paulo: Nova Cultural. 2v. (Os Economistas).

Um dos principais organismos internacionais que influenciou diversos governos foi a Comissão Econômica Para a América Latina e Caribe (Cepal), fundada em 1948, pela ONU. Suas atividades iniciais foram duramente criticadas, pois o órgão chamava a atenção para os graves problemas da região e contrariava os interesses dos países industrializados, que defendiam a tese de que os países em desenvolvimento deveriam especializar-se na produção de mercadorias que tivessem maiores vantagens comparativas, ou seja, bens primários e alimentos.

Contudo, países como Brasil, México, Argentina e outros com semelhantes estruturas econômicas, já haviam iniciado seus processos de substituição de importações. Em outras palavras, estes países já entravam para um estágio superior no processo de desenvolvimento, incorporando em seus parques produtivos, bens industrializados. Além deste processo, houve também uma mudança na composição de alianças de classes, unindo as emergentes burguesias industriais e os respectivos Estados nacionais intervencionistas, que substituíram o antigo latifúndio feudal em acordo com o capitalismo internacional. Como resposta a esta situação, várias empresas multinacionais começaram a exportar capitais de risco, com a implantação de filiais para os países subdesenvolvidos como forma de expandir e garantir os mercados já conquistados, mas que corriam o risco de serem suplantados pelos primeiros.

Conforme Soja (1993), o desenvolvimento geograficamente desigual é um fator necessário e importante para a reprodução ampliada do capital. A América Latina não foge a esta regra, dada sua inserção no atual sistema capitalista mundial. Mesmo considerando as particularidades que o Brasil tem em relação aos processos que atuam localmente nos vários espaços de seu território e no restante do continente latino-americano, é possível encontrar uma gênese análoga e que se reproduz por todo o continente. A transferência geográfica de valor somente pode ser entendida pela própria troca desigual ancorada na diferenciação regional (Alves, 2005).

No Brasil, os estudos sobre desenvolvimento econômico tiveram na Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (1951-1953) e no Grupo Misto Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico⁹/Cepal (1953-1955) os primeiros elementos para os planos nacionais que se seguiriam. A Comissão Mista ressaltou que, desde a década de 1940, o crescimento industrial tivera um ritmo vertiginoso e que o país já possuía um amplo setor de mercado interno, suplantando a agricultura, fato que justificaria a produção industrial em grande escala (Mantega, 1987).

Entre os meados dos anos 1950 e início dos 60, as teses sobre o desenvolvimento econômico brasileiro complementaram-se com autores ligados à teoria marxista e ao pensamento independente de Ignácio Rangel. A primeira, a corrente socialista, estava ligada ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) e ao Instituto Superior de Estudos

⁹ Banco estatal brasileiro. Atualmente sua nomenclatura é Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. O BNDES é um órgão vinculado ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e tem como objetivo apoiar empreendimentos que contribuam para o desenvolvimento do país. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br>>. Acesso em: 27 out. 2008.

Brasileiros (ISEB). Esta corrente buscava, a partir da teoria marxista, fazer com que o desenvolvimento capitalista se aprofundasse no Brasil e, evidenciando suas próprias contradições, facilitaria a passagem para o socialismo. Suas análises consideravam que a agricultura brasileira, àquela época, permanecia feudal e que a reforma agrária seria necessária para modificar as relações de trabalho no campo e alavancar o desenvolvimento econômico. Sugeriu, ainda, que havia duas contradições na sociedade brasileira: o monopólio da terra e o imperialismo internacional. Dessa maneira, criava-se a necessidade do planejamento econômico, apoiando a empresa nacional privada em conjunto com o Estado para evitar-se a dependência do imperialismo (Bielschowsky, 1988). Entretanto, esta corrente nunca chegou a assumir o poder e implementar suas propostas.

Desde o início dos anos 50, a outra corrente, sustentada por Ignácio Rangel, entendia que para o Brasil transformar sua estrutura econômica, deveria dar continuidade ao processo de substituição de importações. Segundo ele, apenas a exportação de produtos agrícolas não era suficiente para se promover o desenvolvimento econômico nacional, além de manter as mesmas estruturas no campo (Rangel, 1990). Era necessário promover uma política protecionista, pois isto aumentaria a expansão do consumo acima das condições da oferta interna, equilibraria a balança de pagamentos e alavancaria o crescimento industrial. Para que isto ocorresse seria necessária a participação do Estado no planejamento e estímulo à industrialização do país, o que nas condições do período, se daria exatamente pelo processo de substituição de importações.

Dessa maneira, por tal processo, vários países latino-americanos transformaram suas bases econômicas agrícolas em industriais. Grosso modo, a substituição de importações, com as características daquele período, encerrou-se a partir do final dos anos 80 e início da década de 90 do século passado, quando estes países passaram a adotar políticas econômicas de caráter liberal e de maior integração econômica entre eles e com os principais países industrializados. Contudo, os efeitos destas políticas fizeram com que a região entrasse num processo recessivo e de instabilidades políticas e sociais.

Assim, na metade da década de 80 a questão que Seabra (1982, p. 151) levantava ainda pode ser considerada válida para os dias que correm: “Que resposta tenta dar a América Latina para melhorar a sua posição desigual na economia capitalista mundial?”

Comércio e economia internacional

Em modelos teóricos tradicionais, a atividade e o funcionamento do sistema econômico são analisados dentro de cada fronteira nacional, isto é, fechado. Pressupõe-se que as operações de troca, a divisão do trabalho e os mercados consumidores situam-se dentro de um país, sem manter quaisquer relações comerciais com outros países. Este é um modelo teórico-didático, não se verificando na realidade econômica.

É evidente que nenhum país é auto-suficiente o bastante para não necessitar de produtos e serviços de outros países. É verdade ainda o fato de que, no mercado interno, a especialização e a divisão do trabalho são as grandes responsáveis pela economia social de troca. Isto se verifica também no plano internacional, onde existem diferentes culturas, estruturas físicas e tecnológicas de produção, que dinamizam as relações econômicas e comerciais.

Pode-se inferir que o comércio internacional é mais complexo do que a simples troca de mercadorias e serviços entre as diferentes nações. Além das dificuldades no sistema de pagamentos em relação à troca de mercadorias entre os países, é preciso considerar outros fatores que podem criar barreiras às importações, tais como o idioma, sistemas de pesos e medidas, alfabeto, legislações etc. (Maia, 2003). Dessa forma, o comércio internacional vem se tornando importante instrumento não somente para a aquisição de mercadorias, mas também como fonte de financiamento, principalmente para os países em desenvolvimento que necessitam de recursos para promoverem seus processos de industrialização e a melhoria das condições de vida de suas populações.

A Organização Mundial do Comércio (OMC), que substituiu o Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (*General Agreement on Tariffs and Trade* – GATT) em 1995, se tornou a principal instituição internacional que tenta estabelecer e fazer cumprir as regras do comércio internacional. Nos acordos internacionais que vigoram no presente, principalmente no âmbito da OMC, se aceita o livre-comércio. Isto significa que os países não colocariam barreiras (alfandegárias ou não-alfandegárias) à entrada de produtos estrangeiros em seu território. Na prática, porém, alguns países não são tão competitivos em determinados setores - seus custos de produção são mais elevados. Isto se verifica em qualquer país, mesmo nos industrializados. Dessa forma, para não prejudicar as empresas locais, seus governos colocam algumas restrições (barreiras) à entrada de determinados produtos estrangeiros.

É preciso salientar, ainda, que no comércio mundial acontece uma concorrência acirrada e variados graus de protecionismos que geram a necessidade de novas formas de acumulação. Assim, oligopólios e monopólios criam uma segmentação e regionalização do espaço econômico. O que se tem verificado é que nos anos 80 e 90 do século XX a maior internacionalização econômica e as políticas de caráter liberal (notadamente nos países da América Latina) acentuaram a hegemonia dos países mais ricos (CHESNAIS, 1996). Isto se reflete numa maior concentração e centralização de capitais¹⁰ por parte das empresas transnacionais.

¹⁰ A análise marxista contempla dois conceitos fundamentais: a concentração de capital, ou seja, é o crescimento da empresa média em função da procura de maior produtividade, mediante a acumulação de capital, ou seja, parte dos lucros é transformada em novo capital; e a centralização de capital, que decorre da luta concorrencial e das vantagens das maiores empresas em possuírem maiores escalas de produção, em relação às menores.

Nos últimos cinquenta anos houve grande crescimento do comércio internacional, que pode ser associado à pelo menos dois aspectos: 1) o grande *boom* do capitalismo verificado logo após o fim da Segunda Grande Guerra, quando os países necessitavam reconstruir seus parques produtivos; 2) a criação do GATT e, posteriormente, da OMC, que deu grande impulso para o fim dos protecionismos existentes em quase todos os países. Isto pode ser associado com a formação de vários blocos econômicos regionais, além de novas tecnologias de informação que permite trocas de dados em tempo real. Porém, não é a liberalização comercial por si só que gera maior fluxo entre as nações, mas várias ações institucionais em âmbito nacional e internacional que estimulam o maior volume de comércio entre os países.

Contudo, dada a vulnerabilidade externa verificada em praticamente todos os países latino-americanos, levando-os à insolvência, eles têm que reduzir os gastos públicos; aumentar suas receitas (via elevação e/ou ampliação da carga tributária) e vender seu patrimônio público (privatizações). Assim, a aplicação do receituário do Fundo Monetário Internacional (que, via de regra, gera recessão interna e desemprego), a utilização de novas tecnologias (desenvolvidas nos países centrais), entre outras medidas, mantém estes Estados numa inserção subalterna na Divisão Internacional do Trabalho.

O Brasil e diversos países latino-americanos, ao adotarem as políticas neoliberais após o início dos anos 90, transformaram (ou mantiveram) suas economias como apêndices do capital financeiro internacional e das empresas multinacionais (o que já eram desde os anos 60-70). Deve-se considerar que um dos problemas é o afastamento do Estado da função de fomentador de políticas de desenvolvimento, deixando às regras do mercado que se auto-organizarem. Isto pode ser uma temeridade, pois ao não definir os setores estratégicos e não praticar políticas de apoio ao capital nacional, o Estado deixará aos interesses de outros países, colocando em risco a própria soberania nacional.

Comércio internacional e educação

Como já apontavam os estudos da Cepal, desde o início da década de 1950 vários países latino-americanos vinham se industrializando. Tal estruturação industrial ficou conhecida como Processo de Substituição de Importações. Neste processo, a participação de cada um dos Estados latino-americanos foi fundamental para que os principais países da região (Argentina, Brasil, Colômbia, México, Venezuela etc.) pudessem iniciar e, posteriormente, dar continuidade às suas necessidades de industrialização e de desenvolvimento econômico.

A mudança nas políticas econômicas e sociais latino-americanas começou a ser gestada desde meados dos anos 80, mas foi somente a partir do final desta mesma década e início da seguinte que ações mais concretas foram implementadas.

O novo foco de atuação do Estado delineou-se a partir de uma conferência realizada em Washington D. C., Estados Unidos, em 1989. Convocada pelo *Institute for International Economics*, sob o título *Latin American Adjustment: How Much Has Happened?* Mesmo sem caráter deliberativo, o encontro traçou um diagnóstico da situação econômica e política dos países latino-americanos e formas de promover o desenvolvimento “sustentado”¹¹. Esta reunião ficou conhecida simbolicamente como “Consenso de Washington” e contou com a participação de funcionários do governo norte-americano, de instituições internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), especializados em assuntos latino-americanos, além de diversos economistas da América Latina.

Nesse encontro, a avaliação feita foi a de que os problemas das economias latino-americanas eram de origem interna, ou seja, não decorriam de antecedentes e políticas econômicas de caráter protecionista colocadas em prática principalmente pelos Estados Unidos da América. O que se colocava era que as diversas administrações latino-americanas tinham gasto todos os recursos de financiamentos externos pela má administração, por empresas estatais que davam prejuízos e tinham fortes conotações nacionalistas e protecionistas, e isto retardava o crescimento destes países.

O encontro sinalizava a adoção imediata do receituário neoliberal. Naquela ocasião, o Brasil, o principal país da região, vinha sendo bastante pressionado para efetuar políticas de combate à inflação, pelo fim da reserva de mercado na informática, pela diminuição do tamanho e ineficiência das empresas estatais etc. (Batista, 1999). No Brasil, a partir do governo Collor de Mello (1990-1992), e na Argentina, com o governo Carlos Menem (1989-1999), para citar apenas dois exemplos, tais “recomendações” foram sendo implementadas de maneira quase acrítica. Nesse sentido, o papel de cada Estado nacional não seria mais o mesmo, pois havia esgotado sua capacidade de investimentos e de planejar o desenvolvimento estratégico. O novo promotor do desenvolvimento deveria ser o “mercado”, apresentado como fórmula da modernização.

Tal modernização deveria ser transferida para todas as instâncias das sociedades latino-americanas. No bojo desta nova situação, a educação passa a ser considerada estratégica em vários sentidos – principalmente como mais um setor para alavancar a acumulação capitalista.

No início da década de 1990 foi realizada a “Conferência Mundial de Educação para Todos”, organizada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) e pelo Banco

¹¹ Este termo, desenvolvimento sustentado ou sustentável, é bastante controverso, pois não está claro como isto se dá em uma economia capitalista, depredatória e monopolista historicamente demonstrada.

Mundial, em Jomtien, Tailândia¹². A temática, “Educação para Todos”, inseria-se no contexto político e econômico de transformações liberais que marcou o período.

Dois eixos de análise sobressaíram-se: a) os organismos internacionais do capital necessitam desenvolver políticas de alívio das tensões sociais causadas pela crise do endividamento dos países periféricos e pela execução dos ajustes estruturais impostos ao longo da década (perdida) de 1980; b) as políticas focalizadas no alívio da pobreza estarão articuladas com a necessidade de governabilidade, ou seja, da conjugação de segurança e estabilidade econômica para pagamento das dívidas; c) necessidade de ampliação de áreas de lucratividade para os investidores internacionais (Lima, 2007, p. 56).

Com poucas divergências entre a Unesco e o Banco Mundial, o ponto de encontro entre todas as Organizações presentes enfatizou a necessidade de ampliação à educação. Esta ampliação se daria por etapas: primeiro a educação fundamental, depois a secundária e por fim, a superior. Além disso, colocava-se em curso a certificação em larga escala e o aumento da participação da iniciativa privada no setor educacional, tanto na área de financiamento como de execução de políticas educacionais, principalmente na educação superior¹³.

Conceitualmente, é preciso observar que numa sociedade, comandada pela burguesia, esta tenta, por diferentes formas, ocultar as diferenças sociais. A divisão social precisa ser camuflada para que se crie uma coexistência pacífica entre os seus habitantes, independente de sua condição econômica ou social. Articulada através de um discurso ideológico de ordem social despolitiza o debate democrático e retira a capacidade de reflexão acerca dos problemas vividos pela comunidade e evita o questionamento da própria expansão do sistema capitalista em áreas consideradas prioritárias para as populações de mais baixa renda.

Outra Conferência¹⁴, esta realizada em 1998, também organizada pela Unesco indicava uma série de ações que os países, principalmente os da periferia do centro do

¹² Organização das Nações Unidas para a Educação, A Ciência e a Cultura; Fundo das Nações Unidas para a Infância; Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento; Banco Mundial. Relatório Final: Declaração Mundial sobre Educação para Todos. In: *Conferência Mundial de Educação para Todos*, 1990, Brasília. Disponível em: <http://www.unesco.org.br/publicacoes/copy_of_pdf/decjomtien>. Acesso em: 29 out. 2008.

¹³ No Brasil, há atualmente 4,4 milhões de alunos matriculados em Escolas Superiores Privadas e 1,4 milhão em Escolas Superiores Públicas. No início dos anos 2000, vários grupos empresariais ligados ao setor educacional passaram a captar recursos no mercado financeiro (Bolsa de Valores). Exemplos: Anhangüera Educacional - 53 mil alunos em 20 cidades; captou R\$ 512 milhões (US\$ 282 milhões); Kroton Educacional - 10.803 alunos em cursos superiores e 183.956 no ensino básico; captou R\$ 478,8 milhões (US\$ 264 milhões); Estácio Participações S.A. - 185 mil alunos em 12 estados; captou R\$ 447 milhões (US\$ 246 milhões). É ilustrativo o depoimento de um empresário do setor: “Vejo o mercado de educação como um supermercado. Estou vendendo um produto. Só que, em vez de vender tomate, meu produto é um assento para o aluno estudar”, Marcelo Cordeiro, da Fidúcia Asset Management, especializado em buscar investimentos para o setor (Cartacapital, 21 nov. 2007, p. 54).

¹⁴ Tendências da Educação Superior para o Século XXI: conferência mundial sobre o ensino superior; Paris, 5-9 out. 1998. Disponível em: <<http://www.brasilia.unesco.org/publicacoes/livros/tendencias>>. Acesso em: 29 out. 2008.

sistema capitalista, deveriam tomar para inserirem-se num mundo “globalizado”. Tais medidas abarcavam um amplo rol de atuações: adequação da educação superior à globalização da economia, processos de avaliação, regulação e autonomia das Instituições de Ensino Superior, busca de parcerias entre o setor público e privado, revisão curricular e flexibilização da formação profissional – voltados ao mercado de trabalho e estímulo e fomento do uso de Tecnologias de Informação e Comunicação – criação de universidades virtuais e cursos de Ensino a Distância – EaD¹⁵.

A expansão ao acesso à educação em países periféricos que se valem de políticas neoliberais vem se dando por meio de uma maior mercantilização do ensino. Com a crise de acumulação capitalista, a entrada de empresas estrangeiras e a tendência à monopolização e oligopolização no setor educacional evidenciam a necessidade de ampliação e reprodução do capital.

Outro fator que vem corroborar o contexto atual são as negociações travadas na OMC. Desde sua criação, os países desenvolvidos vêm tentando colocar em debate temas referentes às compras governamentais incluindo produtos tecnológicos de informação, de propriedade intelectual e pacotes educacionais produzidos nos países capitalistas mais avançados.

É sintomático que no documento elaborado pela OMC (Secretaria do Conselho de Comércio e Serviços)¹⁶ intitulado *Serviços em Educação*, de 1998, explicita a educação como um novo setor para os investimentos privados. A educação, particularmente a superior, na ótica da OMC insere-se num contexto de internacionalização e comercialização como um movimento de expansão do capital.

Ensino Superior na América Latina: algumas tendências atuais

¹⁵ O Brasil criou em 2005 o Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB). Este sistema tem como prioridade a formação de professores para a Educação Básica, articulando instituições públicas de ensino superior, estados e municípios, para promover, através da metodologia da educação a distância, acesso ao ensino superior para camadas da população que estão excluídas do processo educacional. Disponível em: <http://uab.capes.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=111&Itemid=27>. Acesso em: 28 out. 2008. Em 2004 (antes da criação da UAB) o país já contava 59.611 alunos matriculados em cursos de graduação. Mais informações em: <<http://www.inep.gov.br/informativo/informativo126.htm>>. Acesso em: 28 out. 2008.

¹⁶ Disponível em: <http://www.wto.org/spanish/tratop_s/serv_s/education_s/education_s.htm>. Acesso em: 28 out. 2008.

Na universidade contemporânea se manifestam determinadas tendências que supõem profundas modificações no modo de atuar e de pensar de todos os implicados e em especial os professores.

Várias marcas desta Universidade (sob o neoliberalismo) podem ser verificadas: redução da presencialidade, com uma inclinação a diminuição da carga semanal de aulas; transformações relacionadas com a virtualização do processo de formação (ampliação de cursos de ensino a distância); redução de carga horária de ciências de disciplinas voltadas a uma formação humanística mais completa e estímulo às ciências e disciplinas técnicas, privilegiando a formação para o mercado de trabalho; aumento de instrumentos de avaliação institucionais com ênfase na produtividade em detrimento de sistemas de avaliação da aprendizagem centrados no desempenho qualitativo e integradores.

Este último sistema supõe estabelecer quais aspectos do processo de formação determinam os níveis de excelência em uma carreira universitária. Vários fatores podem contribuir positivamente: dos recursos humanos (professores e estudantes); da base material (tanto a que existe nas universidades como a que se utiliza na sociedade); da gestão do processo de formação. Além disso, é preciso entender como a Universidade se insere na sociedade, ou seja, as relações que se estabelecem entre a universidade e seu entorno (não necessariamente geográfico).

Historicamente a universidade se inter-relaciona com a sociedade de forma restrita, fundamentalmente como relações entre a universidade e o setor produtivo (Silva, 2008). Mesmo que seja (e o é) importante - o setor produtivo, as universidades têm que ser pertinentes também nos aspectos cultural e social. Não pode a universidade assumir, acriticamente, as demandas da sociedade. A universidade tem a obrigação de processar as demandas sociais a partir de sua capacidade científica e dar-lhe sua própria interpretação. Normalmente a função social da universidade se reduz a ser uma “entidade de serviços” para a sociedade, isto é, a resposta que a universidade dá aos setores econômico, social ou cultural.

A universidade deve ser agente de transformação, de novas alternativas de pensamento, não só no sentido de reprodução e legitimação da vida econômica, social e cultural, mas também no sentido crítico, renovador, transformador (Silva, 2008).

Várias questões ainda estão abertas e as soluções para as transformações educativas e sociais devem passar pela universidade. Como pode ser a nova universidade (brasileira e latino-americana)? a) Científica, tecnológica e humanista, tanto em sua concepção como em seu desempenho? b) Comprometida com o desenvolvimento cultural, econômico e social de seus respectivos países e de toda a sociedade americana? c) Aberta a todos que aspiram nela estudar; d) Estreitamente vinculada com a sociedade e com ampla presença em todo o território nacional? e) Formação integral dos estudantes, que os prepare para viver em sociedade? f) Ter plena resposta às necessidades da educação durante toda a vida; g) Ser uma universidade que

produza uma investigação científica que combine pesquisas de ponta com o desenvolvimento local? Ou serão meros instrumentos de dominação de uma burguesia internacional com seus prepostos nacionais submetidos a uma lógica empresarial?

Torna-se imperativo, portanto, que as nações em desenvolvimento tenham como políticas de estado o setor educativo para que a dependência e ingerência sobre os destinos de milhões de jovens latino-americanos não fiquem (mais uma vez) nas mãos de empresários e sujeitos às leis de mercado.

Considerações Finais

As decisões e práticas (políticas, econômicas, sociais, culturais) estão inseridas num contexto histórico e social. As exigências que o capital internacional têm feito aos países em desenvolvimento, principalmente desde a última década, vêm transformando as necessidades de educação (formal) das classes trabalhadoras, buscando maior aperfeiçoamento técnico.

Diante disso, a questão que se coloca é discutir e propor alternativas viáveis sobre o papel das Universidades (que formarão os professores para o ensino fundamental e médio) diante de um mundo em rápida transformação conjugado com as determinações do grande capital, que muitas vezes não coadunam com as necessidades da sociedade. Cabe, portanto, aos países latino americanos encontrar soluções que combinem as necessidades de um ensino de qualidade com as imensas demandas sociais que estão sendo requeridas.

O discurso atual de governos, Instituições Internacionais e de Organizações Não-Governamentais (nacionais ou estrangeiras) em relação às Universidades (públicas ou privadas) é o de transferir sua função de produtora de conhecimento científico para ser um apêndice do capital, dando uma "utilidade" ao seu papel social. Com isso as Universidades se tornam produtoras de um saber voltadas ao mercado de trabalho, excluindo-se a pesquisa como fonte básica na aquisição de novos conhecimentos.

O atual discurso neoliberal da escolarização “para todos” procura alternativas para a resolução dos problemas sociais a partir da lógica do mercado, condicionando professores a buscar uma formação individual, sendo responsabilizados pelos fracassos no processo ensino-aprendizagem. Entretanto, o professor e o educando estão inseridos num contexto pluri-social, com dinâmicas que fogem às leis de mercado.

De outra parte, a fragmentação do ensino demonstra as carências de uma universalização do saber; isto é, ao compartimentalizar o conhecimento, este é direcionado a uma perspectiva "mais técnica". Devido às necessidades de expansão econômica, reduz a função do professor como mero reproduzidor de conhecimentos originados fora do seu contexto educacional e além do ambiente de sua comunidade.

É preciso, pois, criar e se utilizar de metodologias e instrumentos que busquem a interação entre a construção e a reconstrução do conhecimento, numa perspectiva de

totalidade, de tal modo que o educando possa refletir sobre o presente/passado e discutir o futuro numa ação recíproca entre a sociedade e a natureza e a comunidade na qual está inserido.

Referências

- Alves, G. da A. A. (2005). América Latina e seu papel na atual articulação dos espaços mundiais. *Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina*. São Paulo: USP, pp. 612-622.
- Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Recuperado em: 27 de outubro, 2008 de <<http://www.bndes.gov.br>>.
- Batista, P. N. (1999). *O Consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos*. São Paulo: Consulta Popular.
- Bielschowsky, R. (1998). *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Bukharin, N. I. (1986). *A economia mundial e o imperialismo*. São Paulo: Nova Cultural.
- Cartacapital, (2007). 21 nov. 2007, p. 54.
- Chesnais, F. (1996). *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã.
- Globalização Aumenta Desigualdade, Diz Onu. *Folha de S. Paulo*, 25 fev. 2004, Folha Dinheiro, p. B1.
- Gonçalves, R. (1998). *A nova economia internacional: uma perspectiva brasileira*. Rio de Janeiro: Campus.
- Gorender, J. (1995). Estratégias dos Estados nacionais diante do processo de globalização. *Estudos Avançados*. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados/USP, v. 9, n. 25, p. 93-112, set.–dez..
- Hilferding, R. (1985). *O capital financeiro*. São Paulo: Nova Cultural.
- Hirst, P., Thompson, G. (1998). *Globalização em questão: a economia internacional e as possibilidades de governabilidade*. Petrópolis: Vozes.
- Instituto Nacional de Estudos E Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). (2008). Recuperado em: 28 de outubro, 2008 de <<http://www.inep.gov.br/informativo/informativo126.htm>>.
- Lenin, V I. (1987). *O imperialismo: fase superior do capitalismo*. São Paulo: Global.
- Lima, K. (2007). *Contra-reforma na educação superior: de FHC a Lula*. São Paulo: Xamã.
- List, G. F. (1986). *Sistema Nacional de Economia Política*. São Paulo: Nova Cultural.

- Maia, J. (2003). *Economia Internacional e Comércio Exterior*. São Paulo: Atlas.
- Mantega, G. (1987). *A economia política brasileira*. Petrópolis: Vozes.
- Marshall, A. (1985). *Princípios de economia: tratado introdutório*. 2 ed. São Paulo: Nova Cultural. v.2.
- Organização das Nações Unidas para a Educação, A Ciência e a Cultura; Fundo das Nações Unidas para a Infância; Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento; Banco Mundial. Relatório Final: Declaração Mundial sobre Educação para Todos. (1990). In: *Conferência Mundial de Educação para Todos*, Brasília. Recuperado em: 29 de outubro, 2008 de <http://www.unesco.org.br/publicacoes/copy_of_pdf/decjomtien>.
- Organización Mundial del Comercio. *Servicios de enseñanza*. Recuperado em: 28 de outubro, 2008 de <http://www.wto.org/spanish/tratop_s/serv_s/education_s/education_s.htm>.
- Rangel, I. (1990). *Introdução ao desenvolvimento econômico brasileiro*. São Paulo: Biental.
- Rossetti, J. P. (2003). *Introdução à economia*. 20 ed. São Paulo: Atlas.
- Say, J. B. (1983). *Tratado de economia política*. São Paulo: Abril Cultural.
- Seabra, M. F. G. (1982). A economia da América. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, n. 59.
- Silva, P.H. (2008). *La universidad latinoamericana en la época actual: tendencias, retos y procesos innovadores*. La Habana: 6to Congreso Internacional de Educación Superior. 11 a 15 feb.
- Soja, E. W. (1993). *Geografias Pós-Modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- Souza, Naili J. (1999). *Desenvolvimento econômico*. São Paulo: Atlas.
- Tendências Da Educação Superior Para O Século XXI: Conferência Mundial Sobre O Ensino Superior. Recuperado em: 29 de outubro, 2008 de <<http://www.brasilia.unesco.org/publicacoes/livros/tendencias>>
- Universidade Aberta do Brasil. Recuperado em: 28 de outubro, 2008 de <http://uab.capes.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=111&Itemid=27>.